

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Trabalho de Graduação Individual II

Rafael da Costa Rodrigues

**Reflexões sobre o campo e cidade a partir do agronegócio e a
financeirização da economia agrícola: um exercício do método**

São Paulo

2016

RAFAEL DA COSTA RODRIGUES

Reflexões sobre o campo e cidade a partir do agronegócio e a financeirização da economia agrícola: um exercício do método

Trabalho de Graduação Individual para obtenção do título de Bacharel em Geografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Fani Alessandri Carlos

São Paulo

2016

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, a minha mãe Cristina e meus irmãos Luiza e Pedro pelo apoio durante essa caminhada que é a graduação. Aos meus amigos que constituíram o chamado núcleo duro que se mantém unido desde o início de nossa graduação Marília, Laís, Ricardo e Klein, vocês estiveram presentes em todos os momentos deste trajeto e, se chego aqui, é a graças a ajuda e apoio de vocês.

Aos outros amigos da geografia que seguiram comigo nessa dura missão que é a vida cotidiana, desejo a mesma força e apoio os quais tem me dedicado durante estes anos. Aos amigos de fora da USP, também fico muito grato, por estarem do meu lado sempre.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente a minha orientadora Ana Fani Alessandri Carlos, por ter me aturado e me ensinado com muita paciência os caminhos para o conhecimento, tendo compreensão nos momentos de dificuldade e me permitindo traçar novos caminhos a partir de minha graduação.

Muito obrigado a todos!

Resumo e palavras chave

A relação entre campo e cidade ganha novos conteúdos dentro do processo de reprodução ampliada do capital, o agronegócio é uma das principais atividades econômicas de nosso País e, a partir de sua análise crítica, é possível encontrarmos alguns caminhos possíveis para se conhecer estes novos conteúdos a partir da contradição entre centro e periferia, considerando a mundialização dos processos de reprodução social na sociedade capitalista contemporânea.

Palavras chave: rural; urbano; produção do espaço.

Índice:

Introdução.....	06
Capítulo 1 – O caminho do método e o processo de formação de geografia.....	08
1.1 - Os caminhos escolhidos.....	09
1.2 - A Definição do tema e o olhar geográfico.....	11
1.3 –A pesquisa.....	14
1.4 - A formação da hipótese.....	23
1.5 - O trabalho de pesquisa: o grupo de orientação	23
Capítulo 2: A atual fase do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira.....	25
2.1 - O agronegócio e o complexo agroindustrial.....	28
2.2 - A propriedade da Terra e o agronegócio.....	34
Capítulo 3: O Estado e o Agronegócio.....	41
Considerações Finais.....	48
Bibliografia.....	52

Introdução.

O presente trabalho busca traçar algumas reflexões sobre a atual relação entre a cidade e o campo, focando o agronegócio e os novos conteúdos da reprodução do capitalismo na agricultura brasileira. Para isso, focamos nossa análise na formação do Complexo Agroindustrial, nos movimentos da propriedade privada da terra e da participação do Estado para o desenvolvimento pleno desta atividade. O foco de análise se deu através do é o processo de financeirização da economia mundial e o lugar da produção agrícola brasileira neste processo, que promove uma intensa integração entre o campo e a cidade, promovendo novas relações que vão além de uma simples divisão do trabalho, como sempre foi vista por uma leitura mais tradicional.

Como ponto de partida, traçamos um diálogo com diversos autores sobre o tema entre os quais vale destacar a discussão proposta por Oliveira (2004) no simpósio “Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI” realizado na Universidade de São Paulo. Este evento é um importante marco, pois atualiza o debate em torno do espaço agrário e compila diversas pesquisas acerca da problemática exposta, dialogando com este seminário apontamos a publicação do livro “Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e o rural”, tal publicação que reúne doze artigos em volta da questão e é resultado de um debate realizado no ano de 2003, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), no campus Presidente Prudente/SP. Os autores apresentam vários pressupostos que, de certa forma, compreendem uma divisão entre campo e cidade e a “invasão” de uma lógica urbana no mundo rural, que permearia a questão, todos são unanimes em pensar que a relação campo e cidade não se encerra na dimensão de aglomeração demográfica ou numa simples divisão do trabalho.

A tese de doutorado intitulada *Onde está o Agro desse Negócio? Transformações Socioespaciais em Mato Grosso Decorrentes do Agronegócio*, defendido em 2007 por Zuleica Alves Arruda no Departamento de Geografia da Universidade de Campinas busca compreender o surgimento de cidades na rota do agronegócio no estado de Mato Grosso do Sul, sua pesquisa é uma das bases de nosso trabalho, pois as análises trazidas pela autora indicam o

surgimento de cidades para suprir a necessidade do agronegócio Matogrossense.

Optamos por não trazer uma extensa bibliografia e sim fazer uma leitura mais vertical de algumas obras fundamentais para o estudo destes processos, os trabalhos “Capital Financeiro e Agricultura no Brasil 1965 – 1985” de Guilherme Delgado e “Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária” de Geraldo Muller nos ajudam a compreender o processo de financeirização e o atual desenvolvimento do capitalismo no campo, possibilitando assim, a aproximação da geografia com outras ciências do conhecimento.

Nossa pesquisa busca traçar um diálogo com tais pesquisadores a fim de se pensar possibilidades de interpretações e aberturas possíveis para se compreender a atual relação entre cidade e campo. Não pretendemos encerrar o debate ou apresentar conclusões muito fechadas acerca do tema, nosso propósito é pensar novos caminhos para o entendimento da problemática e refletir sobre a experiência da pesquisa em Geografia como uma ferramenta para se compreender as contradições presentes no mundo moderno.

No primeiro capítulo, trazemos uma reflexão sobre o método em geografia e a formação do jovem pesquisador, para isso, resgatamos os principais momentos e experiências vividas durante a graduação e da pesquisa propriamente dita. No segundo capítulo, fazemos um estudo sobre a formação do complexo agroindustrial, dando destaque a problemática da propriedade privada e suas implicações na atualidade. Já no terceiro capítulo, discutimos o papel do Estado para o desenvolvimento do agronegócio e para financeirização da economia agrícola.

Por fim, nas considerações finais, retomamos o debate metodológico e encerramos o trabalho buscando mostrar a complexidade do tema e os possíveis caminhos para a continuação do desenvolvimento de uma pesquisa crítica dentro da Geografia.

1. O caminho do método e o processo de formação de geografia

Buscarei neste capítulo traçar uma reflexão das experiências que culminou neste trabalho de conclusão de curso. Apresentarei o caminho da pesquisa desde a escolha do tema até a opção consciente na redação do texto que tenta, de forma honesta, refletir sobre a formação em geografia e a atividade de pesquisa ao longo da vida universitária de nós, estudantes da graduação. Escolhi escrever o texto em primeira pessoa para fazer deste um diálogo entre o leitor e eu, para com isso não perder a noção do movimento do pensamento que permeia este trabalho. Diversos momentos foram fundamentais para culminar nesta finalização, os mais significativos, recupero para dar base ao segundo momento do trabalho que é a análise do agronegócio e da relação campo e cidade.

O currículo do bacharelado em Geografia da Universidade de São Paulo busca propiciar aos estudantes o contato com diversas linhas de pesquisa dedicadas a compreensão das contradições contidas nos diferentes espaços sociais. Diferentes pressupostos e correntes teórico-metodológicas se abrem como possibilidade a partir do contato com os fundamentos que dão base a nossa ciência. Através das disciplinas de História do Pensamento Geográfico e Teoria e Método, tive contato com a Geografia Clássica e suas principais bases. Num segundo momento começam as disciplinas específicas que buscam refletir sobre a materialidade concreta, ou seja, sobre o espaço produzido por nossa sociedade; as matérias de *Geografia Agrária* e *Geografia Urbana* buscavam cada uma com suas peculiaridades metodológicas, compreender a realidade do desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade, respectivamente.

Dentro destas disciplinas, pude ter contato com duas teorias fundamentadas dentro da crítica marxista, a leitura da reprodução contraditória do capitalismo no campo trazia dúvidas e reflexões que me perseguiram (e ainda perseguem), tais perguntas estão na base deste trabalho, o movimento contraditório da realidade vividas nos trabalhos de campo tencionavam a teoria na medida em que se traçava uma reflexão baseada num movimento da práxis, por outro lado, o percurso da disciplina de geografia urbana, ao adotar como

central a teoria da produção do espaço me permitiu compreender os fenômenos a partir de uma totalidade social encarando-os de forma radical, buscando os fundamentos destes fenômenos dando um aprofundamento nas análises propostas à estas contradições.

Estas duas disciplinas são o ponto de partida desta pesquisa. Para se aproximar da compreensão do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, exigiu uma reflexão mais profunda, um incômodo, de certa forma, um desejo de aprofundar a reflexão traçada ao longo da disciplina, lembro-me dos intensos debates que duravam até depois do horário habitual de aula, pois muitas eram as dúvidas e um desejo de critica se instalava mesmo que ainda não tivéssemos as bases teóricas suficientes para tal.

Com a disciplina geografia urbana a discussão da totalidade social e da produção do espaço permitiram uma discussão metodológica, pois, ao considerarmos a produção do espaço como categoria central, consideramos os fenômenos dentro de um processo contraditório que se realiza em diversos níveis da prática social. A primeira abertura a esta teoria estava dada e logo determinou meus próximos passos durante a graduação. Obviamente, este é um caminho pessoal, muito dos alunos encontram em outras disciplinas de seus interesses os principais nexos que o guiarão para o momento da escrita do TGI, não busco, de forma alguma, hierarquizar tais escolhas, minha intenção é explicitar um processo onde olho para o presente e busco encontrar os fundamentos que propiciaram minha caminhada até aqui.

1.1 Os caminhos escolhidos

Quando as disciplinas básicas são cursadas, um leque de possibilidades se abre a nossa escolha¹, nesse novo momento da graduação nossos interesses pessoais começam a tomar espaço dentro da formação e, de certa forma, a escolha das disciplinas seguem estes interesses. Concluída disciplina de geografia urbana I, a necessidade do aprofundamento da leitura da teoria da

¹ Vale ressaltar um processo de precariedade do ensino vivenciado em toda a Universidade, onde disciplinas não são mais oferecidas por falta de contratação de professores e um ritmo rápido para a formação, muitas vezes, o aluno não tem condições de acessar programas de iniciação científica pela pouca quantidade de bolsas oferecidas o que mostra o processo de precarização da Universidade Pública Brasileira.

produção do espaço cunhada pelo filósofo francês Henri Lefebvre foi fundamental, e o aprofundamento dos estudos agrários também.

A disciplina *Geografia Agrária II* e *Geografia do Estado de São Paulo*, deram conta de aprofundar minhas reflexões dentro dos estudos agrários, ambas faziam leituras totalmente opostas e isso foi fundamental pois, através destes “choques” teórico-metodológicos, foi possível encontrar o diálogo entre os diferentes como um momento fulcral da pesquisa acadêmica. A disciplina *Migrações e Trabalho* também muito contribuiu para esse diálogo cuja proposta de trabalho de campo era uma completa imersão numa cidade do sertão mineiro onde o processo de modernização ganha corpo impactando na vida cotidiana da população local.

Não somente a leitura das bibliografias e os debates em sala foram importantes, todas as disciplinas citadas promoveram trabalhos de campo fundamentais para o desenvolvimento acadêmico as discussões teóricas propostas buscavam na realidade os subsídios para embasar sua reflexão sobre o mundo. Conforme os trabalhos de campo aconteciam reflexões de outras disciplinas vinham à tona os debates se tornavam cada vez mais ricos. Isso mostra a necessidade dos estudos dos fenômenos e a impossibilidade de uma teoria específica explicar por completo ou como verdade única os processos contidos num recorte espacial. Vale ressaltar que estes trabalhos de campo foram recuperados mesmo de forma não explícita neste trabalho, o capítulo II, ao analisar o agronegócio traz diversos momentos onde o trabalho de campo foi base para alguns questionamentos, como a financeirização da pequena agricultura ou as novas formas de propriedade no campo. Para o aprofundamento dos estudos da produção do espaço, o grupo de estudos promovido no *Laboratório de Geografia Urbana – LABUR/USP* cujo Objetivo era a leitura da obra “A Produção do Espaço” de Lefebvre², promoveu a discussão num outro espaço que não o da sala de aula, a leitura em grupo, as discussões e o acompanhamento de pessoas mais experientes nesta tarefa propiciaram um ambiente de extrema aprendizagem onde a liberdade de

² Tal obra busca fundar uma teoria sobre a produção do espaço como categoria fundamental para se compreender os processos de reprodução social, pois o espaço é um produto social, e sob a égide do capitalismo ele possui determinações próprias a este modo de produção.

pensamento podia ser exercida e diferentes interpretações se completavam para a compreensão das categorias e da metodologia proposta pelo autor.

Fora isso, a disciplina *Teoria e Método II* também se dedicou ao estudo aprofundado da mesma obra o que permitiu um diálogo mais aprofundado com a teoria da produção do espaço. Ao passo que o estudo da corrente teórica estava se dando, a proposta da disciplina *Geografia da Metrópole* possibilitou um caminho reflexivo embasado na realidade a partir de seminários onde os fenômenos cotidianos da metrópole ganham uma reflexão teórica desenvolvida a partir de uma hipótese escolhida por nós.

Tais disciplinas traçaram um caminho profícuo para a formação deste trabalho através da criação de diálogos, pois, muitas vezes, os nexos estabelecidos entre as disciplinas nem sempre se dão de maneira direta, quando não, caberia a nós, estudantes, estabelecê-los a partir de algum exercício reflexivo. Porém, mesmo sem uma pesquisa estabelecida o espaço social vai nos colocar questionamentos cotidianos, fenômenos que exigem uma análise profunda, o incômodo surge conforme as contradições sociais se mostram aos nossos olhos. Um desejo de compreensão destas problemáticas surge e toma conta de nossos pensamentos, tal processo nos leva a uma ressignificação nas disciplinas, pois, elas saem do plano do discurso e se encaminham para nossa prática social.

1.2 A Definição do tema e o olhar geográfico

Após concluir essas disciplinas, cheguei aos meados da graduação com a necessidade de se dedicar a uma pesquisa para vivenciar a Universidade para além da sala de aula pois muitos são os espaços de aprendizagem e, muitas vezes, a necessidade do trabalho para se manter na faculdade não nos permite vivenciar a vida universitária plenamente. O projeto de iniciação científica foi a forma encontrada para me dedicar a graduação e ao início da atividade acadêmica, foram dois anos onde pude através das agências de fomento me dedicar a pesquisa aqui apresentada.

O tema da pesquisa surge a partir de algum questionamento da vida cotidiana ou de algum processo que nos toca e desafia nossa compreensão,

grandes trabalhos podem surgir de maneira despretensiosa e contribuir muito para o processo de formação pois envolve o pesquisador e o estimula na busca pelo desenvolvimento da análise. Devido ao meu caminho a discussão giraria em torno dos estudos agrários, pois os trabalhos de campo contextualizados às disciplinas muito me impactaram, mas, ao mesmo tempo, os estudos da corrente marxista-lebriana da geografia urbana me punha um desafio metodológico.

O tema escolhido deve vir imbuído de uma hipótese norteadora que permitirá uma análise através da articulação de categorias e conceitos da geografia e de outras ciências parcelares, o objetivo é se alcançar uma compreensão de determinado processo em curso num recorte espacial a ser pensado, obviamente, a iniciação científica representa o início da atividade acadêmica e deve consistir em um exercício teórico e metodológico sendo um momento muito mais de formação de dúvidas, hipóteses do que de respostas para as contradições que envolvem a produção do espaço na atualidade.

Isso significa pensar a Iniciação Científica como um exercício de método que não deve ser determinado por uma forma semelhante a outros momentos da atividade acadêmica, obviamente, isso não significa dizer que uma metodologia não precise ser estabelecida. Porém vemos cada vez mais os órgãos de fomento à pesquisa, exigirem o método científico das ciências duras como caminho único à compreensão da realidade. Ao redigirmos os projetos e relatórios, sempre nos deparamos com uma forma pré-estabelecida muito limitada para refletir nosso processo ou forçamos nossas reflexões para caberem nos itens cíndidos dos relatórios que esquematizam ou enrijecem duramente nossa reflexão, empobrece o pensamento e nos obriga a uma adaptação forçada a um caminho de endurecimento do pensamento muito útil ao produtivismo acadêmico já que o processo de reflexão e formação da crítica exige um tempo lento e uma liberdade de pensamento que não cabe nas amarras dos relatórios exigidos pelas agências de fomento à pesquisa, portanto este trabalho reflexe um processo oposto a este explicitado, pois este trabalho busca mostrar o processo e não apenas seus resultados.

A busca do tema, portanto, levou um determinado tempo e discussões com professores, amigos e colegas, ele surge dessas conversas e gira em torno da relação cidade e campo na atualidade, obviamente, tal tema se mostra muito amplo podendo ser estudado de diferentes perspectivas, após essa escolha é preciso encontrar a hipótese norteadora que guiará o trabalho de pesquisa. Com toda a certeza, ao longo da pesquisa outros pontos de vistas e questões surgem, muitas vezes, problematizando a hipótese inicial, longe disso ser um problema, é este processo que dá vida a pesquisa acadêmica e nos anima para não bloquear o processo de conhecimento, ou seja, muitas vezes nos vemos obrigados a abandonar nossos pressupostos e hipóteses teóricas, pois, a realidade impõem outras perguntas ou enfraquecem nossa hipótese. A partir disso, não devemos cair no erro de hierarquizar teoria e prática. A realidade impõem questões e não impomos questões à realidade, caso algo tenha que ser mudado é nossa teoria e hipótese, pois, ela de certa forma, cumpre um papel e seu enfraquecimento mostra um avanço da reflexão e não um erro metodológico da pesquisa.

Como hipótese apresentamos: “a relação campo e cidade, atualmente, se realiza em uma relação entre centro e periferia”. Pergunta extremamente aberta, Para o desenvolvimento desta hipótese foi necessária um aprofundamento ainda maior no método. O primeiro ano de iniciação científica foi dedicado a este processo que será explicitado mais adiante.

Este tema e hipótese, como dito anteriormente, derivam dos trabalhos de campo realizados durante as disciplinas cursadas, porém, ainda faltava algum elemento para materializar esse discussão no âmbito da realidade e não apenas numa esfera epistemológica³. Pois bem, precisaria uma mediação, algo para materializar a minha discussão e articular as categorias do pensamento dentro da concretude do processo de reprodução social. Para isso, encontramos o agronegócio como esse novo fenômeno que irá transformar a relação campo e cidade e, a partir, da análise de seu desenvolvimento e de suas peculiaridades, conseguiria atingir minha hipótese como cerne do meu

³ É em momentos como esse que o diálogo entre orientando e orientador se mostra fundamental, nossas dúvidas, anseios e angustias do início da atividade acadêmica precisam de alguém mais experiente para nos ajudar a olhar os caminhos abertos por nós mesmos e não forçar um tema ou um objeto determinado por ele para ser desenvolvido.

trabalho. A partir do tema e da hipótese defina, os objetivos, a linha teórico metodológica a ser perseguida logo se desenhou, sempre num caminho aberto para a reflexão, sem grandes pressupostos duros e, principalmente, ser ter clara as respostas a serem alcançadas.

Uma reflexão se faz necessária, há nas diferentes áreas do conhecimento estudos dedicados a compreender o agronegócio ou o desenvolvimento da agricultura no campo, muitas vezes, escolhemos um tema e nos desmotivamos quando percebemos a imensidão de trabalhos em diferentes áreas já dedicados a ele ou perguntamos qual a contribuição à geografia faria para essa compreensão.

A potência da geografia está na formação de um olhar crítico para o processo de reprodução social, ao nos depararmos em diferentes fragmentos de espaço percebemos paisagens e morfologias diferentes, cada pedaço dessa cidade, do nosso estado e de nosso País, muitas vezes guarda peculiaridades manifestadas em diferentes formas, só a percepção crítica destas diferenças nos permite encontrar na análise do espaço, dessa abstração concreta, desta obra social, significados e conteúdos que nos permitam encontrar os fundamentos da reprodução de nossa sociedade. Esse olhar geográfico vem carregado de percepções muitas vezes subjetivas advindas de nossa vida cotidiana e que precisam ser resignificado a partir da elaboração teórica sobre a realidade.

Portanto, enquanto o espaço e a prática sócio espacial nos colocar questões, a geografia mesmo com seus limites de ciência parcelar, ainda será potente para explicar as contradições imersas no processo de reprodução social sob a égide do capitalismo.

1.3 A pesquisa

Neste momento, abro para explicar o processo de pesquisa. Esse caminho adotado reflete uma possibilidade que vem sendo trabalhada junto ao

grupo de estudos baseados na *geografia urbana crítica radical*⁴, o processo se deu ao longo da iniciação científica e culmina neste trabalho de conclusão. A explicitação deste processo é uma forma de mostrar ao leitor como o caminho traçado, reflete minha formação e minhas convicções enquanto pesquisador ainda em formação. Toda a metodologia foi acompanhada e pensada junto de minha orientadora.

Antes do início da pesquisa sobre o tema, houve um esforço para uma compreensão do processo de reprodução do capitalismo e quais as novas contradições advindas da história compunham este processo. A leitura do livro “A reprodução das relações sociais de produção” de Henri Lefebvre foi a base teórica ao qual se edificaria a pesquisa, algumas categorias ali trabalhadas permearam todo nosso processo e reflexão, concomitante a essa leitura, dois outros momentos compuseram nossa metodologia.

O primeiro momento foi a formação de um diálogo com outros pesquisadores dedicados ao tema, através da leitura de diferentes autores de diferentes escolas do pensamento. Num trabalho de pesquisa o diálogo é fundamental para conseguirmos avançar em nosso pensamento, como não existe verdade absoluta, o exercício de leituras divergentes dos nossos pontos de vista, enriquecem nossa reflexão e formação. É no diálogo que identificamos a fragilidade de nossos argumentos e, nos permitimos pensar como o outro, para inclusive, fortalecer nossa teoria.

O debate teórico profícuo quando estabelecido o respeito é a base de qualquer desenvolvimento científico, é nas diferenças que encontramos as possibilidades de avanço de nossa reflexão. Conforme, os textos foram lidos percebi quais as brechas e pontos de tensão das teorias não respondiam as problemáticas vivenciadas nos trabalhos de campo. Esse contato também me ajudou a compreender como ao longo do desenvolvimento da geografia as diferentes correntes metodológicas contribuíram para o estudo da agricultura brasileira. Essas leituras extrapolaram o âmbito da geografia, pois um trabalho

⁴ O Grupo de estudo de Geografia urbana crítica radical, coordenado pela Professora Dr. Ana Fani Alessandri Carlos, busca encontrar os fundamentos das desigualdades sociais vividas diariamente na metrópole, a partir de uma análise radical dos processos contidos na produção do espaço urbano.

de pesquisa, dedicado à compreensão de um recorte espacial precisa, necessariamente, se embasar em categorias que se proponham gerais, para isso é necessário extrapolar as ciências parcelares para atingir um método que busque alcançar uma totalidade.

Para isso não basta apenas buscarmos outras ciências para dialogar com a nossa. A totalidade não se trata da soma de teorias, conceitos e categorias específicas, ou seja, a busca por uma interdisciplinaridade não seria o objetivo deste diálogo, é preciso a leitura destes textos a fim de se traçar um método que busque superar as particularidades destas ciências. Esta pesquisa buscou este conteúdo também na articulação entre as categorias adotadas por nossas disciplinas, as categorias e conceitos da geografia agrária e urbana, foram articuladas num plano da busca de um método que as supere, inclusive, enquanto disciplinas independentes da Geografia.

O segundo momento é o da crítica propriamente dita, uso o termo crítico como o processo que busca a raiz das contradições sociais que definem a realidade. Não se trata de apontar pontos falhos de outras pesquisas de forma displicente ou desrespeitosa. O caminho da crítica é aquele onde a articulação dos conceitos e das categorias de análise permitem encontrarmos alguns fundamentos que regem os processos sociais e promova uma superação de análises já propostas. A superação sempre parte de algum lugar e busca refinar o pensamento, nunca desqualificar outros trabalhos, portanto, a superação se dá a partir do diálogo estabelecido com outras pesquisas. Muitas vezes a contribuição final de um trabalho não está em expor resultados e verdades fechadas. O caminho da crítica muitas vezes pode propiciar outras hipóteses que permitirão novas possibilidades de interpretação de determinada problemática, este trabalho se dá dessa forma.

A pesquisa para ser crítica, então, deve buscar categorias que ultrapassem as ciências parcelares e busque um caminho que articule teoria e prática num nível elevado de compreensão. A escolha destas categorias e conceitos está intimamente ligada a uma preocupação prévia de se encontrar um método possível de se compreender a realidade social, ou seja, o desafio seria encontrar as categorias que permitissem uma análise de qualquer

realidade social, independente do recorte espacial ou temática da pesquisa, não se trata de negar a necessidade de categorias específicas, porém precisamos encontrar a unidade dos processos sociais, para isso, buscamos encontrar categorias gerais para o embasamento de nossa reflexão. São elas:

- Totalidade

O processo de reprodução social se constitui numa totalidade. Essa totalidade não significa a junção de todos os fenômenos contidos do processo de produção, ela não é uma somatória de elementos. Neste trabalho compreendemos a totalidade como a direção, o sentido, da reprodução. É na totalidade social que podemos compreender os conteúdos das particularidades, isso porque o movimento de reprodução social se realiza dialeticamente na vida cotidiana da população, determinado pela reprodução das relações de produção. Essa totalidade da unidade aos processos através de determinações gerais.

“na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

(Marx, K. 2008, pg 47)

Portanto, a totalidade está contida em todo processo de reprodução social, considerar a totalidade não significa considerar a junção de tudo ou refletir a partir do todo, é preciso encontrar os diferentes níveis da produção social e encontrar nas particulares, no cotidiano, nos menores fragmentos socioespaciais, os conteúdos da sociedade capitalista e suas contradições, considerando sempre a dialética e a possibilidade do novo que nos leva para

as transformações sociais, ou seja, essa totalidade não é algo imóvel ou estanque, a totalidade está presente no movimento da reprodução, ou seja, ela é aberta, passível de movimentos de ruptura e questionamentos da ordem social.

- A produção do espaço

Considerar a produção do espaço significa superar um olhar que busca descrever os objetos espaciais para buscar compreender quais os processos de produção desse espaço. Para isso, não podemos considerar o espaço como algo independente do ser social. O espaço só o é na medida em que é produto de uma relação social, portanto, devemos compreender o espaço no âmbito de sua produção:

Duas influências devem ser ressaltadas neste sentido: a de Henri LEFEBVRE e a de Karl MARX. O primeiro por propor, dentro do marxismo, a inerência da categoria de produção do espaço num pensamento sobre a formação econômico-social capitalista, produzindo uma revisão do que poderia ser definido como uma noção abstrata e matemática do espaço (como categoria filosófica do ser e de sua determinação no mundo, enquanto tal). Sua influência na Geografia é evidente. (Damiani, 2012, pg. 260).

A categoria da produção do espaço, cunhada por Henri Lefebvre está baseada no pensamento de Marx, mobiliza-la é de total importância para a construção do conhecimento crítico da geografia, porém, não se trata de aplicar a geografia tal categoria, mas sim, de buscar em nosso objeto os conteúdos do espaço, como uma produção social, nesse sentido, o espaço ganha centralidade do modo de produção capitalista, o espaço passa a ser meio, condição e produto das relações sócias, como nos alerta Carlos:

Como condição para realização da sociedade, trata-se do espaço da materialização das relações sociais, como prática e suporte da realização das relações sociais, do uso e da reunião dos membros da sociedade que pela atividade real vão

constituindo a identidade na prática e a partir de relações do homem como o outro, como objetividade e subjetividade, como prática e realidade. Como meio, esse espaço realiza-se enquanto circulação de modo a permitir a mobilidade. Como produto, teríamos o espaço enquanto valor de uso. Nessa condição, questionaria a lógica produtiva do capital, na medida em que gera a necessidade da produção dos espaços improdutivos. (Carlos, 2007, pg 54)

Centrar a análise na produção do espaço significa romper com a tradicional concepção de espaço como dado a priori, como algo cindido ou exterior ao homem, tal concepção fundou uma geografia cujo objetivo era a localização dos objetos num espaço visto como passivo, como palco, portanto, contendo uma neutralidade, por ser neutro não é possível observarmos conteúdos sociais deste espaço, logo a geografia perde sua potência explicativa, já que seu objeto de estudo não teria contradições e interditos, sendo possível uma leitura linear deste espaço. Vale ressaltar a utilização desta concepção por correntes científicas alinhadas com a ideologia capitalista, pois, as permitem planejar e executar diversas ações sem considerar a população e as relações presentes nestes espaços.

Do ponto de vista da geografia, essa abordagem indica o deslocamento do enfoque – tido como tradicionalmente geográfico – da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para a análise do conteúdo das relações que o constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/ produção/ reprodução do espaço em seus conteúdos sociais. Não se pretende, todavia, negar a importância da localização dos fenômenos no espaço, mas relativizala como momento necessário de superação analítica: a ideia arraigada de que a localização dos fenômenos é a finalidade e o sentido último do termo geográfico. (Carlos, 2011, pg 53)

A concepção da produção do espaço, cunhada pelo filósofo francês Henri Lefebvre, coloca o espaço no bojo do materialismo histórico dialético, tal concepção, encontra o sentido hegeliano de produção, cujo conteúdo extrapola

a produção material de mercadorias, partindo desta premissa Marx supera a ideia e comprehende que o processo de produção é antes de mais nada, produção de relações sociais inerentes à realização do sujeito social. Portanto, o ser social se realiza como sujeito a partir das relações de produção que o circundam e o definem como tal.

Ao precisar o conceito filosófico (hegeliano) de produção, recorrendo aos economistas e à economia política, Marx desejou destacar uma racionalidade imanente ao conceito e ao seu conteúdo: a atividade. (...) A produção no sentido marxista ultrapassa a oposição filosófica do “sujeito” e do “objeto”.
(Lefebvre, 1974, pg 56)

Quando deslocamos a análise do espaço para a produção do espaço, realizamos um esforço na direção de encontrar quais os fundamentos sociais que engendram e formam o espaço, as contradições sociais ganham forma nos espaços, portanto, a partir da análise espacial é possível encontrarmos algumas contradições que fundamentam nossa sociedade. Nossa pesquisa buscará compreender algumas dimensões que possibilitem encontrar formas espaciais de resistência à lógica do modo de produção. Para isso precisamos entender alguns dos princípios da produção do espaço.

Lefebvre, em vários momentos de sua longa obra, insiste na dupla determinação da noção de produção: de um lado, a produção de objetos, produtos, mercadorias (o que significa dizer que o processo de produção dera um mundo objetivo) e também a produção do espaço como condição da reprodução da vida social. Aqui, a prática sócioespacial aponta para essa objetividade. (Carlos, 2011, pg 56)

A geografia, sob influência do método marxista, pensa o espaço como uma mercadoria produzida, obviamente, não como uma mercadoria qualquer, o espaço guarda a raridade. Porém, por ser mercadoria, o espaço está sob a determinação do valor de uso e do valor de troca. O valor de uso se manifesta nas diferentes formas de apropriação social, os sujeitos se realizam nos espaços públicos da cidade, seu valor de troca se manifesta através da generalização da propriedade privada da terra urbana.

De outro lado, a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação. Mas, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo (real e concreto), produz igualmente uma consciência sobre si – assim ele produz no processo, como humano, consciência, desejos; um mundo de determinações e possibilidades capaz de metamorfosear a realidade (como possibilidade de realização do negativo). (Carlos, 2011, pg 56)

Na geografia diversos trabalhos veem se dedicando a refletir sobre a produção do espaço, tal corrente teórica ganha espaço nos anos 1990 a partir da análise de realidade e dos processos de transformação que as principais metrópoles brasileiras estavam passando, a contribuição de Lefebvre à geografia a potencializa na medida em que permite traçarmos um método que busque a totalidade dos processos sociais, a análise da produção do espaço nos exige um método que busque compreender os processos amplos da reprodução das relações sociais de produção no momento onde a mundialização se realiza em todos os níveis da realidade.

- A reprodução das relações sociais de produção

A reprodução das relações sociais de produção, categoria presente na obra de Henri Lefebvre, está intimamente ligada com a ideia da sociedade urbana. Como defendeu Marx, para o capitalismo sobreviver, ele precisa se reproduzir de forma ampliada. Porém, devido a sua natureza contraditória, crise no processo de acumulação, a partir disso o capitalismo necessita de novos elementos para garantir sua reprodução. O capitalismo industrial do século XIX tinha como contradição central a relação entre capital e o trabalho. O operariado nesse momento é o centro das atenções como a classe capacitada para romper com a dominação e o processo de acumulação, levando o fim do capital e a revolução socialista.

Lefebvre ao estudar a reprodução do capitalismo no século XX encontra um novo elemento na sociedade. Ele, a partir das experiências da URSS e das

constantes crises se pergunta como seria possível um modo de produção em constantes crises conseguir se reproduzir.

O conceito de reprodução das relações sociais torna-se perfeitamente nítido pelo confronto entre a análise crítica do quotidiano, a dos fenômenos urbanos, a do crescimento econômico e do economismo (...) Deste modo o que se descobre? Um continente se se quiser empregar está metáfora um continente com as duas dimensões: o quotidiano, o urbano a diferença, ou antes as diferenças" (Lefebvre, 1973, 67)

A explicação para o filósofo seria a de que a contradição capital x trabalho não seria a contradição central da reprodução do capital, mas o modo de produção realizaria sua reprodução invadindo todos os campos da vida cotidiana. Assim, a produção do espaço e o cotidiano serão categorias centrais para explicar a reprodução das relações sociais de produção na sociedade contemporânea.

- A financeirização da economia

A passagem do século XX para o século XXI nos traz novos elementos para pensarmos a sociedade atual - a financeirização da economia, por exemplo, precisa ser analisada como um desses elementos. Os negócios se realizam cada vez mais na esfera bancária e nas bolsas de valores de todos os países e é através da financeirização que a mundialização da produção atinge os patamares mais elevados da história. As empresas abrem seus "capitais" e estes passam a ser comercializados na "Bolsa Valores e Futuros" O mercado imobiliário por exemplo, se beneficia deste processo para garantir um lucro antes mesmo de se realizar a construção e a venda dos apartamentos. Os juros bancários de empréstimos garantem o movimento de transformar dinheiro em mais dinheiro. Na agricultura as safras de algumas culturas são vendidas e tem seus preços definidos antes mesmo de serem plantadas. Tudo isso, para garantir uma rentabilidade cada vez maior, mesmo que esse processo nunca se cinde totalmente da produção material e industrial.

Essas foram as principais categorias escolhidas para nortear nossa pesquisa, obviamente, outras categorias surgiram para permitir a construção em torno da hipótese central apresentada a seguir.

1.4 A formação da hipótese

Nossa hipótese então é pensar a cidade e campo como uma relação entre centro e periferia, isso nos permite considerar primeiramente, uma compreensão da cidade e do campo em busca de uma reprodução em nível global, encontramos no agronegócio, a mediação que nos permite pensar essa relação, portanto, o agronegócio, enquanto atividade agrícola ligada ao mercado internacional recolocaria a relação cidade e campo em outro patamar.

O agronegócio é uma das principais atividades econômicas realizadas no País, sua produção é comercializada em nível mundial através da bolsa de valores, colocando o Brasil dentro da reprodução do capitalismo em sua fase financeira, portanto, a atividade agrícola se liga ao setor industrial e financeiro. Com essa hipótese, foi possível articular os diferentes níveis da realidade há uma análise que se proponha crítica, conforme apontamos anteriormente, e que partiu da realidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.

1.5 O trabalho de pesquisa: o grupo de orientação.

Para finalizar esse caminho apresento como se deu os trabalhos dentro do grupo de pesquisa formado entre os orientandos de graduação da professora Ana Fani Alessandri Carlos, a dinâmica do grupo foi de extrema importância, pois, a partir dele é que pude reestabelecer os nexos aqui apresentados. Dois principais momentos compunham o grupo, cada aluno apresentava sua pesquisa e debatia no grupo a partir da leitura prévia feita pelos membros, após a apresentação sucedia-se um debate onde cada estudante expunha seus pontos de vistas e reflexões sobre o trabalho apresentado. Essas conversas permitiam o crescimento da reflexão, pois quando não há receio em dialogar com a opinião de outras pessoas sobre nossos trabalhos todos tendem mutuamente a crescer academicamente.

A cada momento onde algum estudante sentia a necessidade de apresentar um texto, todos liam e abria-se o espaço para o diálogo, sempre se

respeitando o tempo de cada pesquisa. Lembro-me de momentos acalorados onde a interpretação de alguns conceitos presentes nos trabalhos eram completamente opostos, e as diferentes interpretações se transformavam em gostosos debates. Com toda a certeza, vale ressaltar o clima de extremo respeito e a maturidade para se enfrentar um desafio como este, pois muitos ainda entender o processo de crítica como uma desqualificação pessoal do pesquisador.

Concomitante a estes debates, escolhíamos textos clássicos do pensamento marxista e lefebvriano para fortalecer nossas bases metodológicas, texto como a “Introdução” dos Grundrisse de Marx ou o “Urbano” de Lefebvre nos permitiam um aprofundamento do método e do universo desta corrente metodológica ainda em formação. Esses foram somente dois exemplos de textos que muito me marcaram e, de certa forma, foram fundamentais para a escrita deste capítulo no TGI.

Tal prática, num momento onde a pesquisa acadêmica é cada vez mais vista como um trabalho completamente individualizado e solitário, é de extrema importância e dá outro significado aos nossos trabalhos. A dinâmica deste coletivo também aparece como resistência a uma forma de encarar o tgi como mini-mestrados ou um trabalho de pesquisa rápida e com grandes conclusões que, muitas vezes, assume formas fantasmagóricas ou uma obrigação pesada na vida dos estudantes.

Portanto, este capítulo busca abrir uma nova possibilidade de interpretação para o momento do TGI encarando-o como um momento que recupera e estabelece nexos entre os diferentes estágios da Graduação e culmina numa contribuição reflexiva sobre determinado tema, mas que consiga, também, dizer um pouco sobre o novo geógrafo que irá atuar na sociedade, explicitando seus pensamentos e suas reflexões transformando o processo como o mais importante e não apenas conclusões e reflexões muitas vezes duras sobre alguma realidade estudada.

2. A atual fase do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira se dá de maneira contraditória em diferentes espaços; é possível observarmos resíduos de diferentes tempos que ainda estão presentes em nosso território, há lugares onde as relações tradicionais de produção se mantêm, tais quais quilombos, comunidades ribeirinhas, comunidades camponesas, em contraponto, observamos uma agricultura extremamente mecanizada, onde as determinações da produção industrial imperam. Para compreendermos essas contradições é preciso um esforço teórico cujo objetivo seja entender essas diferentes formas da atividade agrícola dentro de um mesmo tempo. Para isso é preciso considerar o capitalismo como um modo de produção que se realiza em nível local, mas articulado com sua reprodução ampliada que busca sua estratégia em nível mundial, ou seja, não é possível entender a agricultura brasileira se não compreendermos os processos de mundialização da reprodução do Capital e suas estratégias nos diferentes espaços agrários de nosso país. Para Oliveira:

A análise da agricultura brasileira neste final de século e milênio deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado. (OLIVEIRA, 2004, p.29)

O conceito de desenvolvimento desigual do capitalismo nos permite uma discussão que não hierarquiza campo e cidade, mas encaminha o pensamento para uma totalidade. O desigual não está no nível do “atrasado” ou no “adiantado”. O desigual nos permite compreender como a totalidade do modo de produção se realiza de diferentes formas na periferia e no centro, porém, ambas fazendo parte de um mesmo processo que culmina na reprodução ampliada do capitalismo.

Muitos estudos apontam para uma divisão entre campo e cidade e a “invasão” de uma lógica urbana no mundo rural. Essa “invasão” está pautada nesta divisão entre “desenvolvido” e “atrasado”, pois, se utiliza uma leitura da

paisagem urbana e rural e afirmam a mudança desta lógica. Porém, não avançam nos conteúdos do modo de produção e ficam apenas numa leitura da aparência dos fenômenos, em uma análise formal da realidade do campo. Isso, levado às últimas consequências, cria uma hierarquia entre campo e cidade que não se explica na fase atual do desenvolvimento da agricultura, nem historicamente, já que toda a história econômica do país é predominantemente embasada numa economia agrícola.

“A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas...A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem do seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por meio de outras atividades” (Abramovay, 2000 p.25-26)

Os estudos da relação cidade-campo foram retomados no debate das ciências sociais, por pensadores como M. Jollivet e H. Mendras, (MARQUES, 2002) problematizando o avanço do mundo urbano no campo e se apoiando numa possível confusão entre prática de consumo e modo de vida, evocando, assim, a vida tradicional do campo em oposição à degradação da vida nas grandes cidades. Tais estudos surgem devido às mudanças na paisagem do espaço agrário a partir do processo de industrialização do campo.

O desenvolvimento do agronegócio levou alguns pesquisadores a considerar que o momento atual do desenvolvimento capitalista superou tal contradição e propiciou que urbano e rural se mesclassem mesmo sem perder sua identidade (RUA, 2013) e embasam tal teoria no processo de metropolização que transpõe a racionalidade da cidade para o campo. O conceito de “ruralidade” ganha conteúdo e é utilizado para pensar o espaço agrário a partir dos novos conteúdos urbanos. Outros acreditam num

“rururbano” quando os serviços urbanos adentram no campo e o transformam numa extensão contínua da cidade; entretanto, como nos alerta Carlos (2004), cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais nelas contidas.

Arruda (2007) entende esta contradição, no bojo do processo de desenvolvimento do agronegócio. Para a autora, este desenvolvimento produz e (re)produz o território segundo a lógica da (re)produção ampliada do capital, e nos mostra como a lógica do agronegócio extrapola as áreas de produção e se expande numa cadeia produtiva articulada em nível global, o agronegócio ao promover a integração das esferas de produção redefine a relação cidade-campo e permite a extração de mais-valia em qualquer momento do processo produtivo.

“As transformações decorrentes da preconizada ‘modernização’ capitalista e a consolidação dos denominados CAIS, representam o desenvolvimento geográfico, econômico e social do capitalismo, marcado por diferenças espaciais com o predomínio de regiões com agricultura dinâmica e de outras extremamente atrasadas. Nesse contexto o complexo agroindustrial que se apresenta na forma de circuito espacial de produção constitui o resultado da eficiência do capital na (re)produção do espaço geográfico, garantindo o processo de acumulação do capital e das relações capitalistas de produção” (Arruda, 2007, pg 17)

A autora se preocupa com as fronteiras e formação de um território urbano-rural integrado. Portanto, justifica-se o estudo desta relação cidade-campo, para compreendermos os conteúdos da reprodução social e a materialização das relações de produção na agricultura brasileira. Tendo em vista que o agronegócio está cada vez mais relacionado com o capital financeiro em nível mundial, tal materialização determina a vida e as relações sociais espaciais tanto no campo quanto na cidade, onde estes negócios se realizam. Não seria possível o agronegócio existir se não houvesse um intrínseco envolvimento das atividades urbanas com as atividades ditas rurais, para a autora, este desenvolvimento produz e reproduz o território segundo a

lógica da reprodução ampliada do capital, mostrando como o agronegócio, em seus diversos momentos da produção, articula o nível do lugar com o nível do global.

Qualquer processo dentro do capitalismo deve ser entendido como processo realizado em nível mundial, e, portanto, todo recorte espacial só ganha sentido se sempre articulado com a totalidade social nele contido. O que nos chama atenção e nos coloca como desafio é compreender todo o desenvolvimento da agricultura brasileira dentro de uma lógica universal do capitalismo em sua fase financeira. As discussões da relação entre cidade e campo, entre urbano e rural estão no bojo das transformações do modo de produção capitalista.

2.1 O agronegócio e o complexo agroindustrial

O agronegócio promove diversas transformações no campo brasileiro, tais transformações se dão no âmbito da cadeia produtiva, ou seja, das etapas da produção e distribuição das culturas produzidas, se estendendo até a vida cotidiana do trabalhador rural. Tal atividade econômica, portanto, produz novas relações sociais, mudando drasticamente a paisagem do campo e para encontrar lugar nesta cadeia produtiva, o trabalhador muitas vezes se vê obrigado a abandonar suas técnicas tradicionais para se “capacitar” dentro deste novo mercado de trabalho. Essas novas relações socioespaciais de produção apontam para uma nova direção na lógica de reprodução do capital na agricultura.

O agronegócio surge como atividade preponderante na economia brasileira a partir dos anos de 1950, inserindo a agropecuária em outro patamar no quadro econômico do país. A monocultura, o latifúndio, visto como arcaico e atrasado, rapidamente se moderniza e a grande propriedade monocultura se impõe como a atividade econômica mais lucrativa do país.

Sem mexer na estrutura, nem questionar a burguesia rural, pois os fisiocratas brasileiros conseguem se inserir na modernização do País, sem abrir mão da posse de suas terras já que não houve nenhum processo de redistribuição da terra. Como forma de modernização e realização da lógica

capitalista, a formação do agronegócio levará a agricultura brasileira, outrora caracterizada pela contradição entre latifúndio-minifúndio, a ser determinada pelas contradições inerentes no funcionamento dos Complexos Agroindustriais.

Caso se tratasse desta regulação antes de 1930, certamente a resposta estaria nas relações latifúndio-minifúndio ou grande empresa agromercantil –pequena produção. Agora, se se pensa na regulação após aquela data, como, por exemplo a partir de meados os anos 60, então a resposta deverá incluir segmentos industriais e comerciais que interagem fortemente com as atividades agrárias. Caso contrário, ou seja, permanecendo na esfera agrária, ou não incluindo explicitamente os demais segmentos que com ela têm fortes conexões, cair-se-á em análises anacrônicas". (Muller, G, 1989 .p 13)

Historicamente, a grande propriedade monocultura, constituiu a base da economia brasileira, o ciclo da Cana de açúcar na época colonial e o ciclo do Café no século XIX e XX, inseriram o Brasil dentro da divisão internacional do trabalho como um país agroexportador. Atualmente assistimos o avanço da cultura da soja destruir domínios naturais como o Cerrado e Pantanal Matogrossense; a economia brasileira sempre girou em torno dos grandes comércios de produtos agrícolas e do fornecimento de matéria prima para os grandes transnacionais. Porém, o agronegócio, ao promover a mecanização da cadeia produtiva irá repor a grande propriedade, potencializando e especializando sua produção. Os anos de 1950 abre uma nova fase na acumulação, a mecanização do campo descola a produção brasileira dentro do mercado internacional, as mercadorias agrícolas ganham centralidade no mercado internacional.

"Este processo de integração indústria- agricultura pode ser designado de *complexo agroindustrial*. Aí a produção agrária não se acha apenas da dependência das solicitações do comércio mas também de um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica a mudança de padrão agrário. O que configura uma distinção daquela em que a agricultura

encontrava-se a dependência da circulação em geral (...). Assim o padrão agrário moderno – que se constituiu como forma complexo agroindustrial das relações entre indústria-agricultura é distinto do padrão latifúndio-minifúndio que predominou por cerca de um século no país, considerando-se as relações indústria-agricultura existentes desde cerca de 1870" (Müller, 1989, p. 18)

A metrópole ganha centralidade nessa nova fase da agricultura, a articulação entre o campo e a cidade, ganham novos conteúdos, não só uma parte da produção se dá no espaço urbano, a aproximação com os principais bancos e a exigência de uma série de profissionais aptos à desenvolver as atividades de um ambiente de trabalho ligado, principalmente, as funções tradicionalmente urbanas como, advogados, contabilistas, economistas familiarizados com os sistemas de informação da bolsa de valores estão são nevrálgicas para a realização do agronegócio.

Portanto, é na metrópole onde se encontram as sedes das principais empresas do ramo desde as produtoras agrícolas até as empresas que geram os insumos, equipamentos, máquinas, tomadas de decisões técnicas, a escolha das culturas que serão produzidas, serão influenciadas pelo mercado internacional, novos profissionais e personagens atuarão na decisão do tipo e da forma de produção, o campo será um dos diferentes momentos dentro da cadeia produtiva.

Isso não significa dizer, que a área cultivada deixa de ter importância, longe disso, o agronegócio dependerá das determinações do espaço do campo para se desenvolver e encontrará muito de seus limites quando se choca com as especificidades do local, obviamente, devido aos avanços das forças produtivas, necessidades dos solos podem facilmente serem corrigidas pela técnica, porém, o agronegócio encontrará resistência de trabalhadores rurais que muitas vezes não se adaptam ao trabalho assalariado ou não correspondem às necessidades da mão de obra exigidas na agroindústria.

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e,

em outra frete, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (Oliveira, A., p 189, 2001)

O discurso do agronegócio ganha força e destaque na medida em que aponta o barateamento de alguns produtos básicos para alimentação. Nos anos sessenta observamos um acelerado crescimento das principais cidades brasileiras, tal população precisou ser abastecida o que facilitou em muito, o discurso e a ação do Estado em garantir apoio para esse tipo de produção que aparecia como um setor produtor de alimentos, o crescimento da demanda por produtos agrícolas garantiu a implantação do complexo agroindustrial e o surgimento e consolidação do agronegócio. Hoje sabemos que a produção agronegócio não é destinada a segurança alimentar e a agricultura familiar é a principal responsável de a produção alimentar brasileira, de acordo com o SENSO Agropecuário Brasileiro, a agricultura Familiar é responsável por 70% da produção de alimentos do Brasil.

O aumento do rendimento das colheitas permitiu a queda nos custos de alguns gêneros alimentícios, isso gerou um apoio do Estado através da criação de diversas campanhas, fomentando o agronegócio como um programa de segurança alimentar o qual aumenta e barateia a produção, porém, durante seu desenvolvimento, o que assistimos foi uma especialização cada vez maior da produção e o fortalecimento de algumas culturas que garantem alta lucratividade no mercado internacional, as **comodities** se configuram como as principais culturas a serem desenvolvidas pela agroindústria, e cada vez conquistam espaços de cultivo, onde, outrora, era destinada a produção de alimentos.

Nesse entendimento, toda a sociedade teria se beneficiado do aumento da produção resultante do desempenho do agronegócio. Estes “benefícios” seriam repassados na forma de preços mais baixos dos produtos da agropecuária, incidindo no poder de consumo das camadas mais pobres da população. Acrescentam-se, ainda, outros “benefícios” deste desempenho,

como a geração de superávits na balança comercial.(Fabrini, J. 2014, p. 17)

O agronegócio irá se desenvolver de forma plena com o surgimento dos Complexos Agroindustriais, por *complexo agroindustrial-CAI* entende-se o conjunto de atividades e relações entre os setores industriais e a agricultura, tais atividades antecedem e extrapolam o processo do cultivo⁵. Diversos departamentos se unificam no complexo agroindustrial, inter-relacionando os momentos da produção⁶, distribuição e consumo.

O surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articulam novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que sobressai a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem desse pacto modernizador, é feita pela política econômica, com primazia dos aparatos financeiros" (Delgado, G. 1985, p. 40)

A relação da indústria se dá em dois diferentes momentos, o primeiro com a mecanização da produção, propriamente dita, ou seja, o uso de tratores, colheitadeiras, o intenso uso de insumos químicos para garantir a qualidade e quantidade da produção, o segundo momento de distribuição da produção já processada, garantindo o abastecimento do comércio para onde essa produção será destinada, porém, mais do que a mecanização no processo produtivo, a industrialização do campo é a passagem de uma agricultura baseada somente na propriedade da terra para uma agricultura subordinada as determinações do capital.

Face à massa de necessidades e interesses de corte industrial que perpassa todos os setores do CAI brasileiro, não parece exagero afirmar que o seu processo de industrialização é a tendência predominante (...). Trata-se ademais, de industrialização no sentido moderno do termo, vale dizer, difusão do atual progresso técnico, elevação das

⁶ Entendemos aqui a produção como todo o processo de preparação e seleção de sementes, escolha da cultura e todos os beneficiamentos prévios ao plantio das sementes.

concentrações técnicas e, sobretudo, econômicas do capitais, acentuando a distinção entre grandes e pequenos capitais (o progresso técnico age no sentido de diversificar a demanda intermediária de máquinas, insumos e serviços técnicos, e mais: implica incorporar o potencial científico e tecnológico ao conceito de industrialização do campo" (Muller,1989, p. 43)

A formação dos complexos agroindustriais, datada dos anos 1960, nos indica o momento de significativa mudança na produção agrícola brasileira, pois, a junção entre agricultura e indústria possibilitará uma série transformações significativa no processo produtivo. Tal processo, até esse momento era muito dependente das determinações naturais e físicas da terra agricultável, com o surgimento dos insumos químicos agrícolas, os agricultores terão um domínio e controle maior no desenvolvimento das culturas cultivadas. Com o surgimento dos CAIs o agronegócio irá tomar forma, como vimos a década de 1950 foi fundamental para a estruturação das bases necessárias para tal atividade Estabelecidas tais bases o complexo agroindustrial poderá surgir nos anos de 1960, é nesta década também, que assistimos um forte movimento de substituição da mão de obra humana pela maquinaria que ficou conhecido processo de "mecanização do campo", isso promoveu um forte êxodo rural em direção às cidades concomitante a isso pode-se observar o surgimento de relações capitalistas de produção, ou seja, as relações de trabalho controladas pelas leis trabalhistas. Nunca se produziu tanta riqueza na agricultura, porém, ainda muitos trabalhadores rurais não conseguem se posicionar no mercado de trabalho e vivencia a mesma miséria de outrora, sendo obrigado, quando não é expulso, a buscar outras atividades em cidades próximas ou se sujeitar a relações de trabalho que não condizem com sua prática social cotidiana.

Foi nesse período que se intensificou a modernização da agricultura brasileira num processo de integração entre agricultura e indústria, processo que atingiu a pequena agricultura, da qual muitos proprietários foram expropriados. Atingiu também a grande agricultura, fazendo com que fazendas improdutivas se tornassem empresas rurais do agronegócio. Mas observa-se que este processo de

modernização, tanto de grandes quanto de pequenas propriedades, é desigual e combinado. (Fabrini, 2014, p 16)

Para alguns autores, a mecanização é suficiente para significar o surgimento e consolidação do agronegócio, entendemos que a mecanização da agricultura não é o suficiente para explicar tal fenômeno, a formação do complexo agroindustrial advém neste mesmo período porém caminha em outra direção, pois o CAI trará uma nova realidade para a produção agrícola, trazendo novos setores produtivos, indústrias e mercados para o país:

A industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, e o favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção. O marco inicial dessa nova arrancada é a implantação no Brasil das primeiras indústrias de tratores, no final dos anos 50.(Delgado, G. 1985, p. 34)

Com sua implantação, novos meios de produção surgem dentro do processo devido à necessidade de haver um maior controle de qualidade, assistimos a generalização do uso de fertilizantes, agrotóxicos, defensivos e corretores de solo entre outros insumos químicos desenvolvidos por uma indústria química, relevando o imbricando de diversos ramos de produção no complexo agroindustrial. Diversas indústrias se instalaram no país e passam a produzir os meios de produção necessários à atividade agrícola, consolida-se também um mercado interno para esses produtos acompanhado da formação de um mercado externo para a produção do complexo agroindustrial.

2.2 A propriedade da Terra e o agronegócio

Dentro da discussão do desenvolvimento do capitalismo no campo e o agronegócio o que diz respeito a propriedade privada da terra merece destaque. Nas pesquisas analisadas a propriedade aparece como elemento secundário do processo de reprodução, as análises da circulação das commodities, da articulação do capital financeiro e da presença do Estado como grande articulador do processo, ganham predominância em detrimento do debate da propriedade privada, porém, tal elemento está na base das

diferenciações e segregações socioespaciais presentes em nossa sociedade. Como escreveu Marx, a realização do capital só é possível com a união da formula trinitária, trabalho, capital e propriedade, juntos, permitem o processo de acumulação ampliada do capital.

Já é sabido que desde o surgimento da Lei de Terras houve um forte processo de concentração fundiária, muitas vezes baseadas em grilagens e falsificações de títulos, o que gerou uma forte segregação social no campo, a terra transformada em mercadoria levou diversos trabalhadores rurais a miséria. O complexo agroindustrial irá realizar esta reunião dentro da agricultura brasileira, haverá, então, a passagem de uma extração de renda absoluta para uma extração de mais-valia, pois as relações capitalistas de produção são majoritárias dentro do CAI. Sem a propriedade privada não haveria possibilidade de realização do lucro, pois, na agricultura, a terra é meio de produção, como meio de produção ela também está sujeita a desvalorização, como exemplo, podemos citar a perda da fertilidade do solo, tais características levam a um processo de mobilização da propriedade na agricultura, ou seja, o capital precisaria encontrar outras possibilidades de arregimentar as propriedades sem, necessariamente, comprá-las.

“Esta magnitude refere-se a grandes grupos econômicos que operam na agricultura. Trata-se, portanto, de unidades de capital onde propriedades e controles estão juntos. Mas sabe-se que enormes fluxos agropecuários encontram-se sob o controle de grandes empresas e grupos econômicos que não têm a propriedade da terra. Inúmeras agroindústrias e supermercados exercem o controle comercial e do modo de produzir na agricultura”. (Muller, 1989 p. 35)

Para compreendermos este processo onde, teoricamente, o agronegócio determina a produção sem ter a posse das terras é preciso entender algumas dinâmicas próprias da realidade brasileira. Os arrendamentos permitem uma outra forma de submissão da terra e das relações de trabalho ao capitalismo, sem precisar instituir relações capitalistas de produção, esse processo

chamado de monopolização do capital, não aparece como majoritário na produção brasileira mas ajuda a compreender uma tendência em formação dentro do capitalismo no campo.

Neste trabalho vamos dialogar com um recente artigo publicado por Delgado que busca compreender o atual movimento do mercado de terras, num momento de crise financeira. O autor busca compreender três movimentos diferentes para o mercado de terras após o início da crise econômica e a queda nos preços das commodities em 2013.

O raciocínio se aplica com muita propriedade à conjuntura agrária brasileira, em momento de crise cíclica, cujo fator externo mais visível, a partir de 2013, é a queda do preço das *commodities* agrícolas e minerais, representativo, mas não exclusivo do ocorrido nos mercados de soja, petróleo bruto e minério de ferro (Delgado, G. 2016)

Como já foi dito o agronegócio é umas das principais atividades econômicas do nosso país, a crise iniciada pela queda do consumo dos nossos produtos no mercado internacional. Essa queda demonstra a fragilidade de um setor baseado no mercado financeiro e na especialização da produção de algumas culturas centrais. Mais uma vez o investimento na monocultura apareceu como acerto para o desenvolvimento econômico nacional e, obviamente, num primeiro momento de crise demonstrou sua fragilidade. especialização da produção condena ao país ser refém de um único nicho de mercado. Quando tal produto é desvalorizado no mercado, toda a econômica do país passa por uma fragilidade, precisando, mais uma vez, o Estado agir como entidade reguladora, como veremos no próximo capítulo.

A partir disso o autor apresenta três hipóteses para pensarmos a relação do mercado de terras, em relação ao momento de crise do agronegócio, iniciado com a desvalorização das commodities nos anos subsequentes a 2008, Tais hipóteses vão na direção duma maior concentração fundiária e *mercadorização* da terra, levando a propriedade agrícola para uma lógica especulatória tal qual o mercado imobiliário urbano.

Portanto, num momento de crise a terra valorizada dentro da lógica da propriedade privada, mostra a perversidade do desenvolvimento do capitalismo no campo já que o acesso a pequena propriedade fica cada vez mais raro ao pequeno agricultor.

Aparentemente, na crise das *commodities* o mercado de terras do Brasil defende-se da desvalorização e caminha para um tríplice movimento, que lhe é endógeno, mas que na conjuntura adquire maior profundidade: 1) completa mercadorização da terra; 2) forte concentração fundiária em estrutura agrária altamente desigual; 3) tendência à internacionalização, principalmente nos ramos com nexos interindustriais mais diretos. (Delgado, 2016)

O mercado de terras agrícolas se constituiu permitindo a concentração de terras e excluindo pequenos agricultores do acesso a terra produtiva, a função social da propriedade agrícola sempre foi muito frágil, basta analisar a quantidade de latifúndios improdutivos ainda presentes em nosso território. Junto a isso se vê um forte processo de comercialização da terra agrícola acima dos patamares do mercado imobiliário urbano⁷, acompanhado pelo aumento do preço da terra, acompanhado a isso, grandes conglomerados do mercado imobiliário tem aberto reservas de terras dentro de áreas urbanas, esse processo é beneficiado pelas facilidades da legislação e das facilidades de financiamento para compra de propriedade em área rural.

A primeira tendência, conquanto não sancionada pelos princípios jurídicos do direito de propriedade fundiária, funciona de fato como critério de norma real – terra como bem mercantil estrito, independente dos limites de direito público (função social e ambiental). E é favorecida pelo tratamento privilegiado concedido à dívida hipotecária rural, que continua a merecer tratamento privilegiado no regime de concessão de crédito rural a juros subvencionados, bancados pelo Tesouro (...) a não desvalorização das terras se sustenta pela peculiar operação

⁷ De acordo com artigo publicado na revista da Sociedade Rural Brasileira, o mercado de terras agrícolas atingiu preços acima do mercado de terras urbanas.

dos Planos Anuais de Safra. No período 2000-2015, e mesmo no subperíodo crítico de 2013-2015, a irrigação do crédito rural subvencionado cresceu em termos reais na faixa dos 10% em termos anuais médios". (Delgado, 2016)

Esse processo de submissão da terra agrícola à lógica da especulação da propriedade privada leva a um segundo movimento de extrema concentração fundiária, tal movimento é preocupante pois quanto mais a as terras agricultáveis estiverem sob posse do agronegócio duas consequências serão inevitáveis, a primeira, diz respeito a um acirramento na luta de classes no campo, pois trabalhadores rurais terão ainda menos acesso a terra, levando a conflitos e lutas por uma Reforma Agrária que não vêm aparecendo como prioridade do Estado nos últimos anos. O segundo, aponta para uma crise na produção de alimentos, pois sabemos o destino e o tipo de cultura da produção do agronegócio, suas culturas não são para alimentação humana mas sim para fins econômicos, como a soja, consumida principalmente na ração dos rebanhos mundiais.

A forte concentração em estrutura fundiária altamente desigual (o índice de Gini da concentração fundiária nos Censos agropecuários de 1996 e 2006 situa-se no nível inalterado de 0,85), pode ser captado pela abrupta auto inscrição de *imóveis rurais* no Cadastro do Incra, entre 2003 e 2014. No período, a área total cadastrada de imóveis pulou de 418,5 milhões de hectares para 740,4 milhões de hectares, dado muito suspeito por representar 87% do território nacional. Diga-se de passagem, esse movimento está fortemente concentrado nos estratos de imóveis acima de 10 mil até 100 mil hectares e acima de 100 mil hectares, abrangendo cerca de 3 mil imóveis em todo o Brasil detentores de 202,5 milhões de hectares (27% do total)". (Delgado, 2016).

Sabemos que ao longo da história do Brasil, a apropriação de terras sempre foi um ponto que mostra as características perversas do capitalismo no campo, pois, a posse destas terras muitas vezes não respeitam a lei da propriedade e são adquiridas a partir da grilagem e da falsificação de

documentos de posse, geralmente, essa grilagem se dão em terras de demarcação para, com o avanços das lutas dos movimentos sociais as denúncias de grilagem deixaram de aparecer nos principais meios de comunicação, isso mostra uma falta de preocupação do Estado em relação a este tema, o que parece justificável uma vez que a bancada ruralista tem demonstrado sua força política. Ao analisarmos os dados percebemos que uma matemática não base, segundo o autor:

Esse exacerbado aumento da concentração fundiária nos *imóveis rurais*, contudo, denota forte suspeição de fraude e grilagem de terras públicas – terras indígenas e terras de parques e reservas naturais, que o IBGE nos informa em 2006 abrangerem em conjunto 23,2% do território nacional (198,2 milhões de hectares), enquanto as terras aparentemente devolutas públicas (designadas como “outras ocupações”) correspondiam a 36,2% (308,5 milhões de hectares). Obviamente, a soma da terra pública e dos *imóveis rurais* não pode ultrapassar o tamanho total do território nacional, de 850,4 milhões de hectares. O movimento de ultraconcentração é provavelmente o mais claro indício da verdadeira indústria da grilagem de terras rurais no Brasil, sob o olhar complacente dos poderes de Estado (Delgado, G. 2016)

Junto deste movimento mais um problema se mostra, sabemos que o agronegócio traz grande parte de capital internacional para seu desenvolvimento, porém, até recentemente o capital estava muito mais concentrado no processo de produção e circulação, porém o que assistimos nos últimos dez anos é a forte presença da posse internacional de terras brasileiras. Para driblar a legislação, esses grupos internacionais, geralmente, anônimos, estabelecem sociedades com grupos brasileiros ou usam pessoas físicas para assegurar a compra da propriedade. Tal questão aponta uma perda do território nacional para grupos industriais estrangeiros, a dominação da terra pelas empresas internacionais é um risco para soberania nacional, para preservação ambiental e para os direitos trabalhistas já que não há

comprometimento com o crescimento econômico nacional. Segundo tal questão, Delgado afirma:

A aquisição e o registro de terras rurais, sob titularidade declarada de pessoa física ou jurídica estrangeira, também são apurados pelo Cadastro de Imóveis Rurais do Incra. Mas este não capta o principal fluxo de internacionalização ora operante – a fusão de capitais no setor financeiro de empresas SA ou LTDA, detentoras de patrimônios fundiários em conjunto com plantas industriais, a exemplo dos setores sucroalcooleiro e de papel e celulose. Não se pode abstrair também do registro em nome de terceiros, ainda mais num cadastro autodeclaratório, aparentemente sem maior controle da titularidade real. O único controle legal para registro desses imóveis é um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) de 2010, que estabelece limites para esse registro, mas de que não temos notícia de sua eficaz aplicação. Por último, a Lei n. 13.178/2015, que virtualmente concede uma ampla legalização às muitas práticas de concessão aos particulares de terras públicas em zona de fronteira internacional, sanciona ilegalidades antigas ou novas concessões às pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, introduzindo uma entre muitas inconstitucionalidades".(Delgado G., 2016)

A partir destas três hipóteses é possível traçarmos uma análise do agronegócio onde a propriedade privada volta ao bojo das discussões. Neste capítulo vimos como se constituem o agronegócio e complexo agroindustrial e os impactos nas relações socioespaciais da agricultura brasileira. Foi possível pensarmos a relação entre cidade e campo não como uma contradição entre uma divisão do trabalho ou uma questão de densidade demográfica, mas uma relação de dependência para realização de uma atividade econômica maior. Por fim, restituímos a propriedade dentro desta discussão mostrando uma análise extremamente atual do processo de concentração de terras e desigualdades presentes no campo na atualidade.

3. O Estado e o Agronegócio

Para a formação do agronegócio é preciso uma forte participação do Estado, tal participação vai desde o subsídio financeiro para a produção até a garantia de campanhas para a promoção do consumo e da boa imagem desta atividade da sociedade brasileira. Desde o início dos anos de 1950, o Estado foi um forte fomentador e regulador atuando em diversas frentes para propagação desta atividade econômica, pois não seria possível a consolidação dos Complexos Agroindustriais se não houvessem as bases necessárias propiciadas pelo Estado brasileiro. O Estado irá atuar em diferentes momentos deste circuito produtivo, seja através dos financiamentos públicos, dos investimentos em infraestruturas locais, seja na criação de universidades especializadas na formação de profissionais relacionados à atividade, como engenheiros agrônomos, zootecnistas, engenheiros químicos entre outros cursos universitários, além de criar e facilitar uma série de legislações que permitam o cultivo das culturas adotadas⁸.

O Estado se alia ao Capital para garantir sua reprodução ampliada em escala nacional, ao fomentar o agronegócio, o Estado atua num modelo de crescimento econômico que não necessariamente promove um desenvolvimento social. Um pacto entre Estado e Capital é a garantia da reprodução tanto do Estado como aparelho ideológico dominador, como para o Capital enquanto relação de produção. Sobre isso, nos diz Carlos:

Assim, se a produção do espaço do ponto de vista econômico se produz sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento que normatiza e instrumentaliza o espaço, no plano social revela a vida, e desse modo a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se realizam na vida cotidiana e no lugar com estratégias específicas que se confrontam com as necessidades da vida humana (Carlos, 2007, p. 54)

⁸ Para além disso cria-se instituições de pesquisa especializada como a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Agropecuária.

Portanto, o Estado se insere no agronegócio fomentando todas as esferas deste a compra da propriedade, passando produção e distribuição das commodities em nível internacional propiciando assim a realização do lucro proveniente do agronegócio com isto, o Estado garante a reprodução da classe detentora do capital investido nesta atividade econômica.

Como entidade reguladora o Estado garante que toda legislação seja manobrada em prol do agronegócio, seja abrindo novos financiamentos e incentivos fiscais, seja modificando as leis de preservação ambiental e uso da terra. Concomitante a isso, vemos vários agentes do capital agrícola adentrarem a esfera pública ocupando cargos no executivo e judiciário.

É importante perceber como as esferas de regulação estatal se tornam cada vez mais onipresentes. Não tanto pelas novas funções, o que poderia dar uma ideia de estática de funcionalidade do papel do Estado, mas, e principalmente, pela penetração por dentro da máquina do Estado das condições e meios de reprodução do capital na agricultura em particular, e no Complexo Agroindustrial de forma mais generalizada (Muller, G, 1989. p 47)

No ano de 1985, foi fundada a UDR – União Democrática Ruralista, entidade cujo objetivo foi defender a propriedade e a preservação dos investimentos econômicos na agricultura em detrimento das políticas de reforma agrária propostas pelos movimentos sociais crescentes com o declínio do regime militar. Com a preservação dos direitos da propriedade garantidos pela Constituição de 1988, a UDR foi oficialmente dissolvida, já que conseguiu garantir seus direitos de exploração capitalista da terra, porém, diversas figuras públicas defensoras do agronegócio passaram a assumir cargos públicos dentro do Executivo e mandatos no legislativo e judiciário. Atualmente, sabemos da existência da “bancada ruralista” cujo poder se mostra cada vez mais, atuando diretamente na formulação de políticas e legislação - como é o caso da aprovação do Código Florestal – até das nomeações de Ministros que sempre passam por disputa com essa ala do Senado e da Câmara. Esta bancada é responsável por diversos projetos que garantem sua própria reprodução enquanto Estado e enquanto classe burguesa.

É possível, sinteticamente, traçarmos um caminho para compreender a ligação do agronegócio e do capital financeiro, para isso buscamos traçar esse movimento a partir da formação do complexo industrial até a presença da financeirização tanto na pequena como na grande propriedade. É na financeirização que encontramos os novos conteúdos da relação cidade e campo, pois, somente com a financeirização da economia agrícola é que vemos articulados de forma plena os níveis locais de produção até a distribuição destes produtos no mercado mundial, portanto, essa articulação promoverá uma integração entre os setores tipicamente urbanos e rurais.

Para promover a financeirização deste setor, uma das primeiras ações do Estado foi a concessão de crédito para a modernização da agricultura o que significa não só a mecanização do campo, mas, também, a ligação da agricultura com o mercado mundial, garantido que a demanda deste mercado determine o tipo de cultura a ser produzida no país. A formação do Sistema Nacional de Crédito Rural no ano de 1965 é o ponto inicial do processo de modernização da agricultura, o SNCR inaugura um novo momento no sistema de financeirização, obviamente, já havia outras linhas de crédito agrário no país, como nos aponta Delgado (1985), entretanto os financiamentos eram muito mais para garantir a compra de propriedades em pontos específicos, como os projetos de colonização, do que um financiamento estratégico em nível nacional para garantir a expansão do agronegócio em todo nosso território, portanto, com a formação do SNCR foi possível integrar e sistematizar o processo de financiamento garantindo uma melhor estratégia no processo de estruturação do agronegócio.

Sendo propiciada pelos financiamentos estatais, esse processo de modernização da agricultura é visto por muitos estudiosos comprometidos com os movimentos sociais e a população mais afetada, como conservador, pois repõe as desigualdades sociais advindas do processo histórico o que marca a agricultura brasileira desde a colonização. A partir do estabelecimento do SNRC é possível observarmos a passagem de uma lógica comercial da produção agrícola, para a lógica da produção de mercadoria, ou seja, quando o agronegócio é posto como principal atividade agrícola do país, sua produção precisa seguir as regras do mercado internacional, para isso o Estado irá

garantir diversos espaços para desenvolvimento do setor, transformando a produção agrícola numa valiosa mercadoria para o mercado mundial, as commodities comercializadas com países emergentes garantiu o crescimento econômico do país e foi uma das responsáveis pelo desenvolvimento social ocorrido no país na última década. Porém, por estar vinculada ao mercado internacional tal comercialização fica sujeita as vicissitudes do mercado financeiro. Nesse momento o Estado precisa garantir a amortização destas crises. Segundo Delgado:

A não desvalorização das terras se sustenta pela peculiar operação dos Planos Anuais de Safra. No período 2000-2015, e mesmo no subperíodo crítico de 2013-2015, a irrigação do crédito rural subvencionado cresceu em termos reais na faixa dos 10% em termos anuais médios. (Delgado, G. 2016)

O autor busca compreender como num momento de crise os preços da terra agrícola se mantiveram em alta, independe das explicações observou-se uma forte presença do Estado subsidiando a produção agrícola, afim de se amortizar as quedas no lucro. A fragilidade desta atividade agrícola consiste na forte especialização da monocultura, com toda a certeza devemos ressaltar que não se trata de produtos supérfluos, posto que essas commodities subsidiam outros setores industriais, porém, a especialização faz com que sempre seja necessária a presença do subsídio, o que nos parece uma contradição subsidiar uma produção agrícola com altos investimentos de capital privado enquanto uma pequena agricultura recebe uma porcentagem infimamente menor de subsídios para garantir a reprodução de sua produção.

Logo, a expansão do crédito permite o crescimento da comercialização, elevando-a em nível mundial, na mesma medida, ocorre a especialização da produção, o agronegócio repõe a monocultura agora em outros termos. Assim as regras de comercialização e origem da financeirização se fundam numa lógica financeira intermediada pelos Bancos e pela Bolsa de Valores.

“O crescimento rápido da urbanização e das exportações; a modernização agropecuária que enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos do CAI; a organização de um

novo sistema de Crédito Rural – e, por último, a definição do setor rural pelo Estado, configuram, em seu conjunto, um novo padrão de desenvolvimento rural, que se convencionou, com propriedade, chamar de modernização conservadora (Delgado, 1985, p. 82)

Outro momento importante da inserção do Estado é a regulação das relações contratuais do trabalho no campo, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural no ano de 1963, observamos a conquista de direitos dos trabalhadores rurais tais quais os trabalhadores urbanos, como salário mínimo, carteira de trabalho – CLT, férias e todos os outros direitos que compõem as relações contratuais de trabalho. A formação desse Estatuto aponta para uma mudança na base produtiva da grande propriedade, ao se estabelecer as regras da forma de exploração do trabalho capitalista, foi preciso a espacialização do complexo agroindustrial, em sua completude, todo o processo produtivo precisaria vir acompanhado das determinações da lógica industrial, junto a isso, observamos o início da diminuição considerável de mão de obra, devido, a mecanização da lavoura, ou seja, ao expandir as relações capitalistas de produção, o Estado promoveu um processo dialético onde os trabalhadores foram protegidos porém, foi possível a diminuição da mão de obra, condenando muitos trabalhadores ao êxodo rural como já é sabido.

Tal processo, permitiu uma exploração ainda maior dos trabalhadores rurais que segundo aponta o Ministério do Trabalho ocorre um significativo aumento do trabalho análogo a escravidão atestado por uma série de denúncias oficializadas que tem, em contrapartida poucos registros de multa ou sanções, isso mostra como a inserção dos capitalistas do agronegócio na esfera pública se dá em detrimento da classe trabalhadora. Sobre isso, é importante citarmos:

“O desrespeito às normativas trabalhistas, à Constituição, aos contratos de trabalho, às leis ambientais, por fim, a sacramentada liderança de serem esses empresários (conhecidos como usineiros) maus pagadores e maiores exploradores e usurpadores do trabalhador, pelo fato de colecionarem, em todo o país, os piores exemplos de formas

assemelhadas de trabalho degradante e escravo" (Thomaz, A. 2007, p. 15)

Concomitante a este processo, observa-se uma série de programas e financiamentos dedicados ao pequeno agricultor numa tentativa de também envolver-lo no processo de financeirização, muitas comunidades tradicionais, cooperativas, associação de agricultores, passam a depender e se beneficiar de tais programas. O PRONAF⁹ através de uma série de empréstimos mediados pelo Banco do Brasil ao pequeno agricultor, como exemplo destas ações podemos citar, também, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que garante a compra futura da produção da pequena propriedade. Dessa forma, o mercado financeiro junto ao Estado integra a agricultura familiar na lógica da financeirização, quando, mesmo a juros baixos, estes agricultores passam a ser influenciados pela lógica do lucro e dos empréstimos que tem de estar em dia, pois, se não estiver, não será possível acessar outros programas, vale dizer que os assentamentos de reforma agrária também direito a estes beneficiamentos.

Por fim, uma última ação do Estado e não menos importante deve ser ressaltada, o Estado tem sido responsável pela ação predatória do agronegócio sobre a preservação ambiental, seja pela destruição propriamente dita de florestas e expansão das fronteiras agrícolas, ou pela permissão de uso de herbicidas, defensivos químicos que destroem a saúde dos trabalhadores rurais que trabalham e vivem próximos a essas atividades. Segundo Milanez:

O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de agrotóxicos¹. Entre 2002 e 2007, o faturamento líquido do setor passou de US\$ 1,9 bilhão a US\$ 5,4 bilhões² e tudo indica que o crescimento deve continuar, graças ao fortalecimento do modelo exportador *decommodities* agrícolas, que, diferentemente da alternativa agroecológica, trata a biodiversidade como praga a ser combatida. O lucro fica na mão de poucos: apenas dez empresas respondem por 90% do

⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Governo Federal, destinado a dar empréstimos a baixos juros para a agricultura familiar, além de dos empréstimos o programa também promove cursos de capacitação e gestão financeira para os agricultores entre outras ações para o desenvolvimento agrário.

mercado nacional³ – Bayer (Alemanha), Syngenta (Suíça), Basf (Alemanha), Monsanto (EUA), Dow Chemical (EUA), Milenia/Makteshim Agan (Israel), DuPont (EUA), FMC (EUA), Nortox (Brasil) e Arysta (Japão). (Milanez, 2008).

Portanto, o Estado atua em diferentes momentos da realização desta atividade econômica, central para a economia brasileira já que boa parte do PIB brasileiro advém desta atividade. Ao produzir riqueza o agronegócio consegue expandir e disseminar uma série de problemas sociais que vão desde a classe trabalhadora envolvida – como agricultores e cortadores de cana de açúcar que trabalham até a exaustão física -até a vida cotidiana das cidades, o agronegócio vira meio para garantir uma reprodução do Estado e do capital, formando uma aliança que permeia desde a formação do Complexo Agroindustrial até a liberação do uso de agrotóxicos cancerígenos. Nesse caminho, vemos o Estado atuando para fortalecimento desta atividade tão predatória a vida humana.

O Estado será, então, fomentador de uma integração entre campo e cidade na medida em que promove toda uma infraestrutura necessária a realização da atividade, o sistemas de regulação e interligação das metrópoles com as área de cultivo, a divulgação de uma ideologia em defesa do agronegócio e, principalmente, a defesa da produção no mercado mundial mostrando como a relação entre campo e cidade explode em seus sentidos históricos para consolidar-se em uma relação entre centro e periferia de uma totalidade social, portanto, capital e Estado atuando juntos garantem a reprodução ampliada e o fortalecimento do capitalismo, porém, sem suas crises e contradições inerentes a este modo de produção.

4. Considerações Finais

Escrever as considerações finais deste trabalho, não parece tarefa fácil, pois o texto segue um caminho pouco convencional dentro do padrão tido como ideal para um trabalho acadêmico de conclusão de curso. Durante a pesquisa observamos um movimento que foi na direção de implodir a preocupação com a temática central para uma preocupação com a contextualização da pesquisa científica dentro da formação do geógrafo, tal situação nos pôs o desafio de como inserir esta reflexão como norteadora do texto.

A primeira tentativa foi de criar intersecções através de rodapé que garantissem à explicitação do processo, entretanto, as notas não dariam conta dessa tarefa, assim optou-se por trazer um capítulo dedicado aos pressupostos teórico-metodológicos de forma a explicitar o embasamento da pesquisa e outros dois capítulos para discussão do tema propriamente dito.

O primeiro capítulo deste trabalho buscou recuperar meu percurso da graduação. Voltar para este caminho, me possibilitou encontrar os nexos que me formaram, de certa, essa metalinguagem na reta final da graduação me ajudou a concluir este trabalho de forma mais tranquila, pois, tirou o peso aparente do (tão tenebroso) TGI.

Muitas vezes, o percurso da graduação nos parece uma série de disciplinas aparentemente sem conexão e independentes entre si, tais momentos seriam costurado dentro das discussões de teoria e método I e II e outras que se dedicam a temas gerais da geografia, a partir disso com o TGI, os nexos seriam estabelecidos na análise do objeto, ou seja, a partir de um determinado recorte espacial e de um determinado tema, os conhecimentos obtidos nas disciplinas escolhidas se relacionariam embasando uma pesquisa e, quase que magicamente, o geógrafo se formaria em sua completude, esse processo mostra como a noção de totalidade ainda é muito mal compreendida, pois, nesta lógica a junção das diversas disciplinas se concretizaria no trabalho final.

Num sentido inverso, tentamos encontrar quais as bases sobre as quais se edificou o olhar geográfico que permite uma análise de um fragmento da realidade, esse olhar foi formado ao longo de toda a graduação, inclusive para além dos espaços da sala de aula e não foi produto de uma soma de conhecimento. Cada estudante traz consigo uma série de análises primeiras sobre o que acontece a sua volta e, os conteúdos da geografia vão construindo uma compreensão sobre o mundo e com isso dando forma a um modo de compreender a realidade pensada e orientada através das dinâmicas espaciais desta sociedade a isso eu chamo de *olhar geográfico*.

Fora isso, apresentamos o método de pesquisa que se dá em dois principais momentos interligados, um na construção de diálogos e outro através do caminho crítico, não trouxemos esses diálogos em completude para não alongar muito o trabalho, porém eles estão em todo o desenvolvimento do texto mesmo que de forma interdita. A crítica se deu através da leitura de alguns autores que, articulados, conseguiram embasar as reflexões finais deste trabalho, vale lembrar, que este trabalho não busca encerrar nenhuma discussão sobre o agronegócio ou sobre a relação cidade e campo, mas que respostas ele busca encontrar pela análise da espacialização da produção no Complexo Agroindustrial, pela propriedade rural e pela presença do Estado as bases que fundamentam esta atividade que, cada vez mais, promove uma desigualdade social e mesmo assim é uma das mais importantes para a economia brasileira.

O agronegócio aparece como a atividade que consegue articular diferentes níveis da realidade para a reprodução ampliada do capital. A formação do complexo agroindustrial impactou a produção do espaço em diferentes níveis, as mudanças da paisagem no espaço agrário propiciada pela expansão das commodities gerou o surgimento

o de diversas cidades necessárias ao funcionamento do complexo agroindustrial. Nessas novas cidades temos os bancos, pequenos laboratórios, Universidades, Centros de Convenção e toda uma infraestrutura necessária ao Agronegócio, esse processo ocorre, pois o agronegócio para se realizar exige uma infraestrutura urbana próximo de suas atividades e, também, precisa de

profissionais qualificados para conseguir suprir suas necessidades, tais como químicos, engenheiros, agrônomos, economistas, veterinários. Toda essa mão de obra precisará de um lugar para ocupar e se instalar, facilitando a promoção do complexo agroindustrial. Tais cidades surgem de forma contraditória e muito nova, elas não são as cidades planejadas e nem são produto do crescimento de uma vila ou de uma comunidade. Elas surgem para suprir uma necessidade do agronegócio, constituindo-se, assim um novo momento da relação cidade-campo.

Nossa hipótese considerou que a relação de centro e periferia é potente para nos auxiliar na compreensão da realidade da agricultura brasileira nos dias atuais. A partir do surgimento do agronegócio na década de 1950, assistimos o crescimento do setor e um desenvolvimento da agricultura aliada à indústria, que permitiu um crescimento econômico considerável para o País. Se no passado ser um país agroexportador significava uma economia atrasada ou deficiente, hoje esse cenário muda de figura, pois o agronegócio desenvolve uma agricultura altamente tecnificada e que se completa com atividade industrial.

Porém, em sua fase articulada pelo capital financeiro, é nas grandes metrópoles onde o agronegócio consegue realizar sua comercialização, tanto o sistema financeiro bancário, como a bolsa de valores passa a ser crucial para o setor se desenvolver. É através do agenciamento destes produtos na bolsa de valores e através da comercialização das commodities que o País consegue lucrar e integrar a agricultura no capitalismo financeiro, integrando ao agronegócio, também, setores industriais que originalmente não são ligados, especificamente, ao setor agrícola.

Já as relações de trabalho no campo também sofrem com as novas formas de reprodução do capitalismo, o trabalho assalariado, tipicamente, industrial, não mais é a única forma de contratação, tanto na cidade como no campo. As terceirizações, o enfraquecimento dos sindicatos e das leis trabalhistas apontam novas formas da relação entre empregado e empregador. Na agricultura também ocorre esse processo, a mecanização da produção não só expulsa os trabalhadores rurais – como no momento do processo de

industrialização - mas também exigindo novos profissionais advindos do mundo urbano. Esses profissionais trazem relações de trabalho que muitas vezes não são o trabalho assalariado mostrando uma nova forma de contratação que foge ao padrão capitalista. Os trabalhadores rurais são contratados por jornadas, muitas vezes sem direito trabalhista ou algo que o valha, a propriedade da terra também se transforma, pois começa a respeitar as regras da especulação imobiliária e já se observa a concentração de terras por grupos internacionais.

Um novo espaço rural se forma trazendo grandes contradições entre espaços extremamente modernos e tecnificados e espaços onde a agricultura camponesa se reproduz, a contradição campo e cidade se transforma numa contradição entre centro e periferia onde, ambos integrados no processo de reprodução, integram um mesmo movimento, mantendo suas particularidades e suas contradições.

A financeirização da economia chega à pequena agricultura através dos financiamentos dos bancos e dos programas do governo federal. O campo agora, integrado por completo a lógica capitalista, ocupa um lugar estratégico para a reprodução social, as contradições presentes na agricultura explicitam as próprias contradições da totalidade do modo de produção. Longe de o espaço rural deixar de existir, ou se transformar em urbano, ele compõe junto com as cidades um lugar fundamental para o desenvolvimento da economia dos países periféricos do capital. A sociedade urbana agrega, tanto na realidade como na virtualidade, esses dois espaços, e o capitalismo encontra novamente na agricultura um novo espaço para garantir sua reprodução ampliada.

Por fim, toda essa complexidade nos exige um esforço de reunir o que a divisão do trabalho intelectual esfacelou. Para se compreender a agricultura atualmente, é preciso recobrir os nexos entre as disciplinas que compõem a geografia, é preciso considerar categorias comuns tanto para a geografia agrária como para a geografia urbana que nos ajudem a superar a aparente dicotomia entre campo e cidade, nos ajudando a compreender a o movimento da sociedade e dos novos significados que as relações sociais tomam na sociedade urbana.

Bibliografia:

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA, 2000.

ALVES, F. D . As configurações do campo brasileiro e os contrastes do agronegócio. In: Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v. 1, p. 421-442.

ARRUDA, Z. A. Onde está o Agro desse Negócio? Transformações Socioespaciais em Matogrosso Decorrentes do Agronegócio. Campinas, 2007.

Tese de Doutorado

CARLOS, A. F. A. . Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". Geousp, São Paulo-SP, v. 13, p. 179-187, 2003.

_____. Diferenciação sócio-espacial. In: Revista Cidades (Presidente Prudente), v. 4, p. 45-60, 2007.

_____. A (re)produção do espaço urbano. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

DAMIANI, Amélia Luisa . Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. Revista do Departamento de Geografia, v. Esp., p. 254-283, 2012.

DELGADO, C. G. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985.

_____. O Movimento do Mercado de Terras. São Paulo Le Monde Diplomatique Brasil, 2016.

FABRINI, J. E. Conflitos Territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio Latifundiário. São Paulo, Outras Expressões, 2014.

LEFEBVRE, H. A Reprodução das Relações de Produção. (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. p 115

_____ A produção do Espaço.

_____ A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES. J. R. B. Do Latifúndio à Empresa, Unidade e diversidade do capitalismo no Campo. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl. A fórmula trinitária. In: _____. O capital. Crítica da economia política. Livro III, v. V, cap. XLVIII. –: Rio de Janeiro Ed. Civilização Brasileira. 2008.

MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política – São Paulo Expressão Popular., 2008.

MARQUES, M. I. M. . O conceito de espaço rural em questão. São Paulo IN: Terra Livre, , v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MILANEZ, B. Os Agrotóxicos e a força das multinacionais. Le Monde Diplomatique, São Paulo, 2008.

MÜLLER, G. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: O campo no século XXI, Paz e Terra, São Paulo 2004.

_____. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária., Edições Labur, São Paulo 2007.

RUA, J. O Urbano no Rural Fluminense e o Preço da Terra. In: Metropolização Do Espaço, Gestão Territorial E Relações Urbano-Rurais. Rio De Janeiro: Consequência, 2013.

SPOSITO, M. E. B (org). Cidade e Campo relações e contradições entre o rural e o urbano. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

THOMAS. A. J. Não há nada de Novo sob o Sol num mundo de Heróis, in “Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo”. FAPESP, 2007.